



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALCIONE MORAES MALHEIRO
ANALICE SOUZA VIEIRA
RAFAELLA BATISTA DIOGO**

**A PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA SOBRE O POVO MACUXI E WAPICHANA**

Normandia – RR

2026

**ALCIONE MORAIS MALHEIRO
ANALICE SOUZA VIEIRA
RAFAELLA BATISTA DIOGO**

**A PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA SOBRE O POVO MACUXI E WAPICHANA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

**Normandia – RR
2026**

A PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma abordagem bibliográfica sobre o povo Macuxi e Wapichana

Alcione Moraes Malheiro¹

Analice Souza Vieira²

Rafaella Batista Diogo³

Miquéias Ambrósio dos Santos⁴

RESUMO

O presente estudo aborda a preservação da cultura indígena na Educação Infantil, com ênfase nos povos Macuxi e Wapichana do estado de Roraima, considerando a importância da valorização dos saberes tradicionais na formação das crianças e na promoção da diversidade cultural no ambiente escolar. Teve como objetivo analisar a contribuição da Educação Infantil para a preservação da cultura indígena, destacando o papel da legislação brasileira, da interculturalidade e da atuação docente nesse processo. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações publicados, prioritariamente, entre os anos de 2021 a 2025. O levantamento das informações foi realizado em bases de dados científicas e documentos do Ministério da Educação, sendo os dados analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que a inserção da cultura indígena no cotidiano da Educação Infantil fortalece a identidade cultural das crianças, contribui para a redução de preconceitos e favorece a construção de práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade. Também foi identificado que os povos Macuxi e Wapichana preservam importantes conhecimentos relacionados à oralidade, às línguas originárias, às tradições comunitárias e à relação sustentável com a natureza, constituindo significativo patrimônio cultural brasileiro. Constatou-se, ainda, que a legislação educacional oferece respaldo para a valorização da temática indígena, embora persistam desafios relacionados à formação continuada dos professores, à produção de materiais didáticos contextualizados e à efetivação das políticas públicas. Conclui-se que a Educação Infantil desempenha papel estratégico na preservação da cultura indígena, promovendo o respeito à diversidade, o fortalecimento das identidades culturais e a formação de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e intercultural.

Palavras-chave: Educação Infantil; cultura indígena; interculturalidade; povos Macuxi e Wapichana; preservação cultural.

¹ alcionemoraes222@gmail.com;

² analice.v04@gmail.com;

³ diogorafaella10@gmail.com;

⁴ miqueias.santos@ifrr.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Neste contexto, torna-se fundamental que a Educação Infantil assuma um papel de destaque na valorização da diversidade cultural, promovendo experiências educativas que respeitem e reconheçam os conhecimentos produzidos pelos povos originários. A infância constitui um período essencial para a formação de valores relacionados ao respeito, à convivência e à valorização das diferenças culturais (Brasil, 2022; Ferreira; Nascimento, 2023; Silva; Bergamachi, 2021).

No estado de Roraima, os povos Macuxi e Wapichana representam importantes grupos indígenas que preservam tradições, conhecimentos e modos de vida transmitidos entre gerações. Seus saberes envolvem aspectos relacionados à oralidade, organização comunitária, produção artesanal, práticas agrícolas, espiritualidade e relação sustentável com a natureza, constituindo elementos fundamentais para o patrimônio cultural brasileiro (Instituto socioambiental, 2023; Silva Melo, 2022; Oliveira; Souza, 2024).

A obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena nas escolas brasileiras foi fortalecida pela Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo que os conteúdos referentes à história e à cultura dos povos indígenas devem estar presentes em todo o currículo escolar. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular reforça a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam o respeito às diferenças desde a primeira infância (Brasil, 1996; 2008; 2018).

A presente pesquisa possui caráter bibliográfico e buscou compreender como a preservação da cultura indígena pode ser trabalhada na Educação Infantil, tendo como foco os povos Macuxi e Wapichana em Roraima. Buscou-se ainda analisar a contribuição das práticas pedagógicas para o fortalecimento da identidade cultural das crianças e para a construção de uma educação democrática, inclusiva e intercultural.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões acerca da valorização da cultura indígena na Educação Infantil, oferecendo subsídios teóricos

para educadores, pesquisadores e estudantes de Pedagogia interessados na construção de práticas educativas que promovam o respeito à diversidade e à preservação das culturas tradicionais brasileiras.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A preservação da cultura indígena na Educação Infantil

A preservação da cultura indígena na Educação Infantil constitui um compromisso educacional, social e político voltado à valorização da diversidade cultural brasileira e ao fortalecimento das identidades dos povos originários. Nesse contexto, a escola desempenha papel fundamental ao promover experiências pedagógicas que possibilitem às crianças conhecer, respeitar e valorizar as diferentes formas de viver, aprender e produzir conhecimentos presentes nas culturas indígenas. Desde os primeiros anos de vida, o contato com narrativas, brincadeiras, músicas, línguas, artes e modos de organização social dos povos indígenas contribui para a formação de atitudes pautadas no respeito às diferenças e na convivência democrática (Brasil, 2022).

A Educação Infantil representa uma etapa privilegiada para o desenvolvimento de práticas interculturais, pois a aprendizagem ocorre por meio das interações, da ludicidade e das experiências significativas. Nesse sentido, inserir elementos da cultura indígena no cotidiano escolar vai além da realização de atividades em datas comemorativas, exigindo a construção de um currículo que reconheça os povos indígenas como sujeitos históricos, produtores de conhecimentos científicos, ambientais, linguísticos e culturais. Conforme destacam Silva e Bergamaschi (2021), a valorização dos saberes indígenas fortalece a construção da identidade das crianças, amplia a compreensão sobre a diversidade cultural e contribui para o enfrentamento de estereótipos historicamente reproduzidos no ambiente escolar.

A implementação da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** reforça a necessidade de desenvolver práticas educativas voltadas ao respeito à diversidade étnico-cultural, estimulando a convivência com diferentes manifestações culturais desde a infância. Da mesma forma, as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação**

Escolar Indígena orientam que os sistemas de ensino promovam ações que valorizem os conhecimentos tradicionais e reconheçam a pluralidade dos povos originários como patrimônio da sociedade brasileira (Brasil, 2022).

Estudos recentes demonstram que a inserção da cultura indígena nas práticas pedagógicas favorece não apenas a aprendizagem das crianças indígenas, mas também amplia a consciência crítica das crianças não indígenas acerca da riqueza cultural existente no país. Segundo Ferreira e Nascimento (2023), atividades como contação de histórias tradicionais, utilização de jogos indígenas, produção artística inspirada em grafismos, rodas de conversa, contato com lideranças indígenas e valorização das línguas originárias promovem o desenvolvimento da empatia, da cooperação, da criatividade e do respeito às diferenças culturais.

No contexto amazônico, especialmente em Roraima, a valorização dos povos Macuxi e Wapichana assume importância ainda maior devido à presença significativa dessas comunidades e à riqueza de seus conhecimentos relacionados à oralidade, à agricultura, ao artesanato, à espiritualidade e à preservação ambiental. Pesquisas desenvolvidas na região evidenciam que a aproximação entre escola e comunidade indígena fortalece a identidade cultural das crianças, preserva os saberes ancestrais e amplia o diálogo intercultural entre diferentes grupos sociais (Castro; Okita; Farias, 2025).

Dessa forma, preservar a cultura indígena na Educação Infantil significa reconhecer que os povos originários são protagonistas da história brasileira e que seus conhecimentos constituem importantes referências para a construção de uma educação inclusiva, democrática e comprometida com a diversidade cultural. Cabe ao professor atuar como mediador desse processo, desenvolvendo práticas pedagógicas permanentes que valorizem as culturas indígenas durante todo o ano letivo, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, respeitosos e comprometidos com a pluralidade que caracteriza a sociedade brasileira.

2.2 Os povos Macuxi e Wapichana: história e identidade cultural

Os povos Macuxi e Wapichana constituem dois dos principais grupos indígenas do estado de Roraima, desempenhando papel fundamental na formação histórica, cultural e social da região amazônica. Ambos preservam conhecimentos tradicionais construídos ao longo de séculos, transmitidos principalmente pela oralidade, pela convivência comunitária e pela relação equilibrada com a natureza. Esses povos mantêm vivas práticas culturais relacionadas à agricultura, ao artesanato, às cerimônias tradicionais, à espiritualidade, às línguas originárias e aos sistemas próprios de organização social, elementos que fortalecem suas identidades coletivas e asseguram a continuidade de seus patrimônios culturais (Instituto Socioambiental, 2023).

Os Macuxi pertencem ao tronco linguístico Karib e ocupam diversas comunidades distribuídas principalmente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e em outras áreas do nordeste de Roraima. Sua economia tradicional baseia-se no cultivo da mandioca, da batata, do milho, da pesca, da caça e da produção artesanal, atividades desenvolvidas em estreita relação com os ciclos naturais do ambiente amazônico. Além dos aspectos econômicos, a transmissão dos conhecimentos ocorre por meio das narrativas dos anciãos, dos rituais comunitários e da valorização dos saberes ancestrais, fortalecendo a identidade das novas gerações (Silva; Melo, 2022).

Os Wapichana, pertencentes ao tronco linguístico Aruak, também possuem forte presença em Roraima, especialmente nas regiões de savana e lavrado. Sua cultura caracteriza-se pela valorização da oralidade, da agricultura familiar, das práticas coletivas e da preservação da língua materna, considerada um dos principais instrumentos de manutenção da identidade étnica. Para esse povo, os conhecimentos relacionados à natureza, às plantas medicinais, às formas tradicionais de educação das crianças e à organização comunitária fazem parte de um sistema cultural integrado, transmitido entre gerações como patrimônio coletivo (Oliveira; Souza, 2024).

A identidade cultural desses povos não permanece estática, mas se transforma continuamente diante das mudanças sociais, tecnológicas e políticas. Entretanto, tais transformações não significam perda cultural, mas processos de ressignificação que permitem às comunidades dialogar com a sociedade contemporânea sem abandonar seus valores tradicionais. Conforme destacam Pereira e Santos (2023), os povos

indígenas amazônicos desenvolvem estratégias permanentes de resistência cultural, preservando suas línguas, seus rituais e suas formas próprias de produzir conhecimentos, mesmo diante dos desafios impostos pela expansão urbana, pelas pressões territoriais e pela globalização.

No contexto educacional, conhecer a história e a identidade cultural dos povos Macuxi e Wapichana representa importante estratégia para combater preconceitos historicamente construídos e promover uma educação baseada na interculturalidade. A Educação Infantil possui papel decisivo nesse processo, pois permite que as crianças estabeleçam contato com diferentes formas de organização social, valores culturais e modos de vida desde os primeiros anos de escolarização. Segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, atualizado pelo Ministério da Educação, a valorização dos conhecimentos indígenas favorece o fortalecimento da identidade cultural, amplia o respeito à diversidade e contribui para a formação de cidadãos conscientes da pluralidade étnica que caracteriza o Brasil (Brasil, 2022).

Assim, compreender a história e a identidade cultural dos povos Macuxi e Wapichana significa reconhecer a riqueza dos saberes tradicionais presentes na Amazônia e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e comprometida com a preservação do patrimônio cultural brasileiro. A inserção desses conhecimentos no currículo da Educação Infantil fortalece tanto a identidade das crianças indígenas quanto o respeito à diversidade entre crianças não indígenas, consolidando uma educação intercultural fundamentada no diálogo, na valorização das diferenças e na justiça social.

2.3 A legislação brasileira e a educação indígena

A legislação brasileira reconhece a educação indígena como um direito fundamental dos povos originários e estabelece mecanismos para garantir a valorização de suas culturas, línguas, identidades e formas próprias de organização social. A consolidação desse direito resulta de um conjunto de dispositivos constitucionais, legais e normativos que buscam assegurar uma educação diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, respeitando as especificidades de cada povo

indígena. Nesse contexto, a escola deixa de ser um instrumento de assimilação cultural para tornar-se um espaço de fortalecimento das identidades étnicas e de preservação dos conhecimentos tradicionais (Brasil, 2022).

O principal marco jurídico é a Constituição Federal de 1988, que, em seus artigos 210, §2º, e 231, reconhece aos povos indígenas o direito à preservação de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e processos próprios de aprendizagem. A Carta Magna rompeu com políticas integracionistas adotadas em períodos anteriores e passou a reconhecer a diversidade cultural como princípio estruturante do Estado brasileiro, assegurando que a educação escolar indígena seja desenvolvida em consonância com os projetos de vida das próprias comunidades (Brasil, 1988).

Outro importante instrumento legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece a necessidade de uma educação específica e diferenciada para os povos indígenas, garantindo o uso das línguas maternas, dos processos próprios de aprendizagem e da valorização dos conhecimentos tradicionais. Complementando esse avanço, a Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as instituições de Educação Básica, públicas e privadas, determinando que essa temática seja trabalhada de forma transversal em todo o currículo escolar, e não apenas em datas comemorativas (Brasil, 2008).

Nos últimos anos, o Ministério da Educação reforçou essas orientações por meio da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, documento que destaca a importância da interculturalidade, da participação das comunidades indígenas na construção do currículo e da valorização dos saberes tradicionais como elementos centrais do processo educativo (Brasil, 2022). Essas diretrizes orientam que as práticas pedagógicas sejam planejadas em diálogo com as comunidades, respeitando suas especificidades culturais, linguísticas e territoriais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reafirma a necessidade de promover o respeito à diversidade étnica e cultural desde a Educação Infantil,

incentivando práticas educativas que favoreçam o reconhecimento da pluralidade dos povos brasileiros. Conforme ressaltam Pezzi e Frison (2024), a abordagem da cultura indígena na infância contribui para a construção de valores relacionados ao respeito, à convivência democrática e à valorização das diferenças, fortalecendo uma educação comprometida com os direitos humanos e a justiça social.

Apesar dos importantes avanços legais, diversos estudos apontam que a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à produção de materiais didáticos interculturais, ao financiamento das escolas indígenas e à permanência de práticas pedagógicas marcadas por estereótipos. Segundo Santos, Faria, Silva e Milagre (2024), a implementação da legislação depende da articulação entre poder público, instituições de ensino e comunidades indígenas, garantindo que os direitos previstos na legislação sejam efetivamente concretizados no cotidiano escolar.

Assim, observa-se que a legislação brasileira oferece sólida base jurídica para a valorização da educação indígena e da diversidade cultural. Entretanto, sua plena efetividade exige investimentos contínuos em políticas públicas, formação de professores, produção de materiais pedagógicos contextualizados e participação ativa das comunidades indígenas na construção das propostas educacionais, assegurando que a escola seja um espaço de preservação cultural, fortalecimento identitário e promoção da cidadania.

2.4 O papel do professor na valorização da cultura indígena

O professor desempenha papel essencial na valorização da cultura indígena, especialmente na Educação Infantil, etapa em que as crianças iniciam a construção de valores, identidades e formas de compreender o mundo. Sua atuação ultrapassa a transmissão de conteúdos, assumindo a função de mediador do conhecimento e promotor de práticas pedagógicas que favoreçam o respeito à diversidade étnica e cultural presente na sociedade brasileira. Dessa forma, compete ao docente desenvolver experiências educativas capazes de desconstruir estereótipos historicamente associados aos povos indígenas, promovendo uma compreensão ampla

de sua diversidade, história, conhecimentos e contribuições para a formação do país (Brasil, 2022).

Nesse contexto, a formação docente constitui um dos principais fatores para a efetivação de uma educação intercultural. Professores preparados para compreender as especificidades culturais dos povos originários conseguem planejar atividades contextualizadas, valorizando saberes tradicionais, narrativas orais, brincadeiras, músicas, grafismos, artesanato, práticas ambientais e formas próprias de organização social. Segundo Pezzi e Frison (2024), a mediação qualificada do professor amplia significativamente as oportunidades de aprendizagem na Educação Infantil, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e cultural das crianças por meio de experiências lúdicas e inclusivas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que a Educação Infantil promova o reconhecimento da diversidade humana, estimulando o respeito às diferentes identidades culturais desde os primeiros anos de escolarização. Nesse sentido, o professor deve integrar a temática indígena ao planejamento pedagógico durante todo o ano letivo, evitando abordagens restritas ao chamado "Dia do Índio" ou representações estereotipadas que reduzem os povos indígenas a figuras folclóricas. A valorização da cultura indígena exige práticas permanentes que evidenciem a contemporaneidade dos povos originários, seus conhecimentos científicos, ambientais, linguísticos e tecnológicos (Brasil, 2022).

Entre as estratégias pedagógicas destacam-se a contação de histórias tradicionais, rodas de conversa, utilização de literatura indígena, brincadeiras tradicionais, produção artística inspirada em grafismos, cultivo de plantas utilizadas pelas comunidades, exploração de músicas indígenas e realização de projetos interdisciplinares desenvolvidos em parceria com lideranças e representantes das comunidades locais. Conforme demonstram Castro, Okita e Farias (2025), a contação de histórias associada às atividades lúdicas fortalece a oralidade, a imaginação, a interação social e a aproximação das crianças com a cultura escrita, ao mesmo tempo em que contribui para o reconhecimento da diversidade cultural presente no ambiente escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à postura ética do professor diante das diferenças culturais. Além de selecionar materiais didáticos adequados, o educador deve estimular o diálogo, combater preconceitos e criar ambientes acolhedores que favoreçam o respeito às identidades indígenas. Para Santos, Faria, Silva e Milagre (2024), a atuação docente baseada na interculturalidade contribui para o desenvolvimento de uma educação democrática, na qual diferentes formas de conhecimento coexistem de maneira respeitosa, promovendo o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos.

No estado de Roraima, onde convivem diversos povos indígenas, entre eles Macuxi e Wapichana, o papel do professor torna-se ainda mais significativo. Ao aproximar a escola da realidade das comunidades indígenas, o docente favorece o reconhecimento da riqueza cultural regional e fortalece o sentimento de pertencimento das crianças indígenas, ao mesmo tempo em que amplia o conhecimento das crianças não indígenas acerca da pluralidade cultural amazônica.

Assim, o professor constitui um agente fundamental para a implementação das políticas públicas voltadas à valorização da cultura indígena. Sua atuação, fundamentada na legislação educacional e em práticas pedagógicas interculturais, possibilita que a Educação Infantil contribua efetivamente para a preservação dos saberes tradicionais, para o fortalecimento das identidades indígenas e para a formação de cidadãos comprometidos com o respeito à diversidade cultural brasileira.

2.5 Desafios para a preservação da cultura indígena

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas por meio da legislação educacional brasileira e do fortalecimento das políticas públicas voltadas à diversidade cultural, a preservação da cultura indígena ainda enfrenta inúmeros desafios. Esses obstáculos estão relacionados tanto às desigualdades históricas vivenciadas pelos povos originários quanto às dificuldades encontradas pelas instituições de ensino para implementar práticas pedagógicas verdadeiramente interculturais. Nesse cenário, a efetivação de uma educação comprometida com a valorização das culturas indígenas

depende da superação de barreiras estruturais, pedagógicas, sociais e culturais (Brasil, 2022).

Um dos principais desafios refere-se à permanência de estereótipos que, durante muitos anos, foram reproduzidos nos materiais didáticos e nas práticas escolares. Em diversas situações, os povos indígenas ainda são apresentados de forma homogênea, como se compartilhassem uma única cultura, desconsiderando a existência de mais de 300 povos indígenas e centenas de línguas faladas no Brasil. Essa representação simplificada contribui para a invisibilização da diversidade cultural e dificulta a construção de uma educação baseada no reconhecimento das diferentes identidades indígenas (Silva; Almeida, 2023).

Outro aspecto frequentemente apontado pela literatura diz respeito à formação inicial e continuada dos professores. Muitos docentes concluem sua formação sem aprofundar conhecimentos sobre história, cultura, legislação e educação intercultural, o que limita o planejamento de atividades contextualizadas e favorece abordagens superficiais da temática indígena. Conforme destacam Santos, Faria, Silva e Milagre (2024), a formação docente constitui elemento indispensável para que a legislação educacional seja efetivamente implementada no cotidiano escolar, permitindo ao professor desenvolver práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo intercultural e no respeito às diferenças.

A escassez de materiais didáticos produzidos em parceria com as comunidades indígenas também representa um desafio significativo. Grande parte dos recursos disponíveis ainda apresenta conteúdos generalistas ou desatualizados, dificultando o acesso das crianças a informações que reflitam a realidade contemporânea dos povos originários. Estudos recentes indicam a necessidade de ampliar a produção de livros, jogos, materiais audiovisuais e recursos digitais elaborados com a participação das próprias comunidades indígenas, garantindo maior representatividade e autenticidade às práticas educativas (Pereira; Costa, 2022).

No estado de Roraima, onde vivem povos como os Macuxi e os Wapichana, outro desafio importante consiste em fortalecer a aproximação entre as escolas e as comunidades indígenas. A participação de lideranças, anciãos, artesãos e demais

representantes indígenas nas atividades escolares contribui para a valorização dos saberes tradicionais e para a construção de experiências educativas mais significativas. Castro, Okita e Farias (2025) ressaltam que práticas pedagógicas desenvolvidas em parceria com as comunidades favorecem o desenvolvimento da oralidade, da identidade cultural, da imaginação e da interação social das crianças, fortalecendo o respeito à diversidade desde a Educação Infantil.

Além das questões pedagógicas, persistem desafios relacionados à garantia dos direitos territoriais, à preservação das línguas indígenas e às pressões econômicas e ambientais que afetam diretamente as comunidades tradicionais. O avanço do desmatamento, dos conflitos fundiários e das atividades econômicas sobre os territórios indígenas compromete não apenas os modos de vida desses povos, mas também a transmissão dos conhecimentos ancestrais às novas gerações. Nesse contexto, a escola assume papel estratégico ao contribuir para a valorização das identidades culturais e para a formação de cidadãos comprometidos com a proteção do patrimônio cultural e ambiental brasileiro (Oliveira; Souza, 2024).

Dessa forma, a preservação da cultura indígena exige ações articuladas entre governo, instituições de ensino, universidades e comunidades indígenas. Investimentos na formação de professores, na produção de materiais didáticos interculturais, na valorização das línguas originárias e na participação ativa das comunidades no planejamento escolar são medidas essenciais para assegurar que a diversidade cultural seja efetivamente respeitada. Assim, a Educação Infantil pode consolidar-se como espaço privilegiado de fortalecimento das identidades indígenas e de construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e comprometida com a pluralidade cultural do Brasil.

2.6 A importância da interculturalidade na Educação Infantil

A interculturalidade constitui um dos princípios fundamentais da educação contemporânea por promover o diálogo entre diferentes culturas, reconhecendo a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo. Na Educação Infantil, essa perspectiva assume papel ainda mais relevante, pois é nessa etapa que as

crianças iniciam a construção de valores, atitudes e formas de compreender o mundo. Ao proporcionar o contato com diferentes modos de vida, crenças, saberes e tradições, a escola favorece o desenvolvimento do respeito às diferenças, da empatia e da convivência democrática, contribuindo para a formação integral da criança (Brasil, 2022).

No contexto da educação brasileira, a interculturalidade representa uma estratégia pedagógica essencial para valorizar os conhecimentos dos povos indígenas e combater preconceitos historicamente construídos. Diferentemente de uma abordagem multicultural, que apenas reconhece a existência de diferentes culturas, a interculturalidade propõe relações baseadas no diálogo, na troca de conhecimentos e no respeito mútuo entre os diversos grupos sociais. Segundo Pezzi e Frison (2024), práticas pedagógicas fundamentadas na interação, no brincar e na mediação docente favorecem o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social das crianças, ao mesmo tempo em que ampliam sua compreensão sobre a diversidade cultural presente na sociedade.

Na Educação Infantil, a interculturalidade pode ser desenvolvida por meio de experiências lúdicas que aproximem as crianças das culturas indígenas, como contação de histórias, brincadeiras tradicionais, músicas, danças, produção artística inspirada em grafismos, observação da natureza, rodas de conversa e contato com representantes das comunidades indígenas. Essas atividades possibilitam que as crianças compreendam que existem diferentes formas de viver, aprender, produzir conhecimentos e se relacionar com o ambiente, fortalecendo atitudes de respeito e valorização das diferenças culturais. Conforme demonstram Castro, Okita e Farias (2025), a utilização da contação de histórias associada às práticas lúdicas favorece o desenvolvimento da oralidade, da imaginação, da interação social e da aproximação da criança com a cultura escrita, ampliando também sua percepção sobre a diversidade de experiências humanas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que a Educação Infantil deve assegurar às crianças experiências que promovam a convivência, a participação, a exploração e a construção de identidades, valorizando diferentes manifestações

culturais presentes no território brasileiro. Nesse sentido, a interculturalidade torna-se elemento estruturante do currículo, permitindo que os conhecimentos indígenas sejam incorporados às práticas pedagógicas de forma contínua e contextualizada, e não apenas em eventos comemorativos. Essa perspectiva contribui para o fortalecimento da identidade das crianças indígenas e amplia o conhecimento das crianças não indígenas acerca da riqueza cultural dos povos originários (Brasil, 2022).

No estado de Roraima, onde convivem diversos povos indígenas, como Macuxi e Wapichana, a interculturalidade adquire especial importância por possibilitar a aproximação entre escola e comunidade. A participação de lideranças indígenas, artesãos, contadores de histórias e demais representantes culturais nas atividades escolares fortalece os vínculos entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, promovendo uma educação contextualizada e socialmente significativa. Santos, Faria, Silva e Milagre (2024) afirmam que práticas interculturais desenvolvidas de forma permanente favorecem o reconhecimento das identidades culturais, estimulam a cidadania e contribuem para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Além dos benefícios pedagógicos, a interculturalidade contribui para a preservação do patrimônio cultural brasileiro ao incentivar a valorização das línguas indígenas, das narrativas ancestrais, dos conhecimentos ambientais e das diferentes formas de organização social existentes entre os povos originários. Dessa forma, a Educação Infantil deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a constituir ambiente privilegiado para a construção de relações baseadas no diálogo, no respeito e na cooperação.

Assim, promover a interculturalidade na Educação Infantil significa reconhecer que todas as culturas possuem igual importância na formação da sociedade brasileira. Ao incorporar os saberes indígenas às práticas pedagógicas cotidianas, a escola fortalece a identidade cultural das crianças, amplia sua compreensão acerca da diversidade humana e contribui para a formação de cidadãos comprometidos com os direitos humanos, a justiça social e a valorização da pluralidade cultural.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, buscando compreender a importância da preservação da cultura indígena na Educação Infantil, com ênfase nos povos Macuxi e Wapichana do estado de Roraima. Segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já publicados, permitindo reunir diferentes perspectivas teóricas sobre determinado fenômeno e contribuindo para a construção do conhecimento científico.

Quanto à abordagem, optou-se pela pesquisa qualitativa, por possibilitar a interpretação crítica dos dados e a compreensão dos aspectos históricos, culturais, sociais e educacionais relacionados à valorização da cultura indígena. Para Minayo (2023), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições aos fenômenos sociais, permitindo análises mais aprofundadas da realidade estudada.

No que se refere aos objetivos, a investigação possui caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória possibilita maior aproximação com o tema, favorecendo a identificação de conceitos, desafios e possibilidades relacionados à preservação da cultura indígena na Educação Infantil. Já a pesquisa descritiva procura caracterizar os aspectos fundamentais do objeto investigado, analisando suas principais características e relações com o contexto educacional (Gil, 2022).

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de abril e junho de 2026, por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e legislações publicadas, prioritariamente entre os anos de 2021 a 2025. As buscas ocorreram em bases de dados nacionais como o Google Scholar, o SciELO, o Portal de Periódicos CAPES, além do Repositório Institucional do IFRR e de documentos disponibilizados pelo Ministério da Educação.

Foram utilizados os descritores "Educação Infantil", "cultura indígena", "educação intercultural", "povos Macuxi", "povos Wapichana", "Educação Escolar Indígena", "interculturalidade" e "preservação cultural", combinados pelo operador booleano *AND* para ampliar a precisão das buscas. Como critérios de inclusão, foram selecionadas publicações em língua portuguesa, disponíveis na íntegra, relacionadas ao tema e

publicadas entre 2021 a 2025, além da legislação brasileira pertinente. Foram excluídos trabalhos duplicados, estudos sem relação direta com o objeto investigado, textos opinativos sem fundamentação científica e publicações anteriores ao período estabelecido, excetuando-se as legislações e documentos normativos indispensáveis para a fundamentação jurídica do estudo.

A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2022), contemplando as etapas de pré-análise, organização do material, leitura interpretativa, categorização temática e discussão dos resultados. As categorias definidas compreenderam: preservação da cultura indígena na Educação Infantil; identidade cultural dos povos Macuxi e Wapichana; legislação educacional; papel do professor; desafios para a preservação cultural; e interculturalidade na Educação Infantil.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental, não houve participação de seres humanos nem coleta de dados em campo, não sendo necessária submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normas vigentes. Os resultados obtidos refletem a análise crítica da produção científica consultada e contribuem para ampliar as discussões sobre a valorização da cultura indígena na Educação Infantil, especialmente no contexto amazônico e roraimense.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das publicações evidencia que, entre 2021 a 2025, houve ampliação das pesquisas voltadas à interculturalidade e à valorização da cultura indígena na Educação Infantil. Os estudos convergem ao indicar que a escola possui papel estratégico na preservação dos conhecimentos tradicionais, especialmente quando desenvolve práticas pedagógicas permanentes e contextualizadas. Observa-se também consenso quanto à importância da formação docente, da utilização de metodologias lúdicas e da participação das comunidades indígenas na construção das ações educativas.

Além disso, as pesquisas destacam que a implementação da legislação brasileira, especialmente após a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais e

da BNCC, fortaleceu a inserção da temática indígena no currículo escolar. Contudo, permanecem desafios relacionados à formação continuada dos professores, à produção de materiais didáticos interculturais e ao combate aos estereótipos ainda presentes em parte das práticas educativas. Esses resultados reforçam a necessidade de consolidar políticas públicas que promovam uma Educação Infantil comprometida com a preservação da cultura indígena e com a formação de crianças capazes de reconhecer e respeitar a diversidade cultural brasileira.

Quadro 1: Pesquisas entre os anos de 2021 a 2025.

Ano	Autor(es)	Periódico/Instituição	Objetivo da pesquisa	Principais resultados
2021	Silva; Bergamaschi	<i>Revista Brasileira de Educação</i>	Analisar a educação intercultural e a valorização dos povos indígenas na Educação Básica.	Evidenciaram que práticas interculturais fortalecem a identidade cultural, reduzem preconceitos e promovem o respeito à diversidade desde a infância.
2022	Silva; Melo	<i>Revista Tempos e Espaços em Educação</i>	Investigar a história, a cultura e a territorialidade do povo Macuxi e suas contribuições para a educação intercultural.	Demonstraram que a valorização dos conhecimentos tradicionais fortalece a identidade indígena e favorece práticas pedagógicas contextualizadas.
2023	Pereira; Santos	<i>Revista Amazônica</i>	Analisar a resistência cultural dos povos indígenas amazônicos diante das transformações sociais.	Concluíram que a preservação das línguas, da oralidade e dos saberes tradicionais depende da participação da escola e das comunidades indígenas.
2024	Pezzi; Frison	<i>Revista Brasileira de Educação</i>	Discutir as relações entre brincar, ensinar e inclusão na	Verificaram que a mediação docente associada às práticas lúdicas favorece o

Ano	Autor(es)	Periódico/Instituição	Objetivo da pesquisa	Principais resultados
			Educação Infantil.	desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e cultural das crianças.
2024	Santos; Faria; Silva; Milagre	<i>Perspectivas em Diálogo</i>	Investigar os desafios da educação intercultural na escola brasileira.	Identificaram que a formação continuada dos professores e a produção de materiais didáticos específicos são fundamentais para a efetivação da legislação sobre educação indígena.
2025	Castro; Okita; Farias	Repositório Institucional do IFRR	Avaliar a contribuição da contação de histórias e das práticas lúdicas para a Educação Infantil.	Demonstraram que a contação de histórias fortalece a oralidade, a imaginação, a interação social e aproxima a criança da cultura escrita, favorecendo também a valorização da diversidade cultural.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

Segundo Silva e Bergamaschi (2021), a educação intercultural constitui um importante instrumento para a valorização dos povos indígenas no contexto da Educação Básica, pois possibilita o reconhecimento da diversidade cultural como elemento essencial do processo educativo. Os autores defendem que práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo entre diferentes culturas contribuem para o fortalecimento da identidade cultural das crianças indígenas e ampliam a compreensão das crianças não indígenas acerca da pluralidade étnica existente no Brasil (Silva; Bergamaschi, 2021).

Segundo Silva e Melo (2022), a compreensão da história, da cultura e da territorialidade do povo Macuxi é fundamental para o desenvolvimento de uma educação intercultural comprometida com a valorização dos povos indígenas. Os autores destacam que os conhecimentos tradicionais, transmitidos por meio da oralidade, das práticas comunitárias, da relação com a natureza e dos costumes

ancestrais, constituem importantes elementos para o fortalecimento da identidade cultural indígena. Além disso, evidenciam que a incorporação desses saberes às práticas pedagógicas favorece a construção de um currículo contextualizado, que respeita as especificidades culturais dos estudantes e promove o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os saberes escolares, contribuindo para uma educação mais inclusiva, significativa e socialmente comprometida (Silva; Melo, 2022).

Segundo Pereira e Santos (2023), a resistência cultural dos povos indígenas amazônicos está diretamente relacionada à preservação de suas línguas maternas, da tradição oral e dos conhecimentos ancestrais transmitidos entre gerações. Os autores ressaltam que, diante das transformações sociais, econômicas e culturais que afetam os territórios indígenas, torna-se indispensável a atuação conjunta da escola e das comunidades na valorização desses saberes. Nesse sentido, defendem que práticas educativas fundamentadas na interculturalidade, aliadas à participação ativa das lideranças indígenas e ao fortalecimento das identidades étnicas, contribuem para assegurar a continuidade do patrimônio cultural dos povos originários, promovendo uma educação comprometida com o respeito à diversidade e com a preservação da memória coletiva (Pereira; Santos, 2023).

Segundo Pezzi e Frison (2024), o brincar constitui um elemento estruturante da Educação Infantil e, quando articulado à mediação intencional do professor, torna-se uma estratégia pedagógica capaz de potencializar o desenvolvimento integral das crianças. As autoras evidenciam que as práticas lúdicas favorecem o desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e cultural, estimulando a interação, a criatividade, a comunicação e a construção de conhecimentos de forma significativa. Além disso, destacam que a atuação do docente como mediador contribui para a inclusão e para a valorização da diversidade presente no ambiente escolar, criando oportunidades para que todas as crianças participem ativamente das experiências educativas e desenvolvam atitudes de respeito, cooperação e convivência com diferentes culturas (Pezzi; Frison, 2024).

Segundo Santos, Faria, Silva e Milagre (2024), a efetivação da educação intercultural nas escolas brasileiras ainda enfrenta importantes desafios relacionados à

formação docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados. Os autores destacam que a formação continuada dos professores é essencial para ampliar a compreensão sobre a diversidade cultural e para subsidiar práticas educativas que valorizem os conhecimentos e as identidades dos povos indígenas. Além disso, ressaltam que a produção e a utilização de materiais didáticos específicos, elaborados em consonância com a realidade e os saberes das comunidades indígenas, são fundamentais para que a legislação educacional seja implementada de forma efetiva no cotidiano escolar. Dessa maneira, defendem que o fortalecimento das políticas de formação docente e o investimento em recursos pedagógicos interculturais contribuem para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com o respeito à pluralidade cultural brasileira (Santos; Faria; Silva; Milagre, 2024).

Segundo Castro, Okita e Farias (2025), a contação de histórias, quando associada às práticas lúdicas, constitui uma estratégia pedagógica de grande relevância para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil. Os autores demonstram que essa metodologia favorece o fortalecimento da oralidade, estimula a imaginação, amplia as interações sociais e aproxima a criança da cultura escrita de maneira prazerosa e significativa. Além disso, ressaltam que a utilização de narrativas oriundas de diferentes contextos culturais, incluindo as tradições dos povos indígenas, contribui para a valorização da diversidade cultural, promovendo o respeito às diferenças e fortalecendo a construção da identidade cultural desde os primeiros anos de escolarização. Dessa forma, a contação de histórias configura-se como um importante recurso pedagógico para o desenvolvimento da interculturalidade e para a formação de crianças mais sensíveis, críticas e conscientes da pluralidade cultural existente na sociedade brasileira (Castro; Okita; Farias, 2025).

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a importância da preservação da cultura indígena na Educação Infantil, com enfoque nos povos Macuxi e Wapichana do estado de Roraima, evidenciando o papel da escola na valorização da diversidade cultural desde os primeiros anos da escolarização. A partir da revisão bibliográfica

realizada, verificou-se que a Educação Infantil constitui um espaço privilegiado para o fortalecimento da identidade cultural, para o desenvolvimento de atitudes de respeito às diferenças e para a construção de práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade.

Os estudos analisados demonstraram que os povos Macuxi e Wapichana possuem uma rica herança histórica, linguística e cultural, expressa por meio da oralidade, dos conhecimentos tradicionais, das práticas comunitárias, da relação sustentável com a natureza e da transmissão dos saberes entre gerações. Esses elementos representam importante patrimônio cultural brasileiro e devem ser reconhecidos e valorizados no contexto escolar, contribuindo para o fortalecimento das identidades indígenas e para a formação de crianças conscientes da pluralidade cultural existente no país.

Constatou-se ainda que a legislação brasileira oferece respaldo consistente para a promoção da educação intercultural, especialmente por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Lei nº 11.645/2008, da Base Nacional Comum Curricular e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Entretanto, a efetivação dessas políticas depende de investimentos contínuos na formação inicial e continuada dos professores, na produção de materiais didáticos contextualizados e na aproximação entre escola e comunidades indígenas.

Outro aspecto evidenciado pela literatura refere-se ao papel do professor como mediador do processo educativo. A utilização de metodologias ativas, práticas lúdicas, contação de histórias, literatura indígena, brincadeiras tradicionais e projetos interdisciplinares favorece o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e linguístico das crianças, além de contribuir para a valorização dos conhecimentos dos povos originários e para o enfrentamento de preconceitos ainda presentes na sociedade.

Apesar dos avanços observados, a pesquisa revelou que ainda persistem desafios relacionados à permanência de estereótipos, à insuficiência de recursos pedagógicos específicos, à necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação intercultural e à ampliação da participação das comunidades

indígenas na construção das propostas pedagógicas. Tais desafios demonstram que a preservação da cultura indígena exige ações articuladas entre governo, instituições de ensino, universidades e lideranças indígenas, fortalecendo o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os saberes científicos.

Por fim, conclui-se que a valorização da cultura indígena na Educação Infantil representa um importante instrumento para a construção de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com os direitos humanos. Ao reconhecer e respeitar os saberes dos povos Macuxi e Wapichana, a escola contribui para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, para o fortalecimento das identidades indígenas e para a formação de cidadãos capazes de conviver com a diversidade de forma ética, solidária e respeitosa. Espera-se que este estudo possa subsidiar futuras pesquisas e incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais que fortaleçam a presença das culturas indígenas no cotidiano das instituições de Educação Infantil.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília: MEC, 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*. Brasília: MEC, 2022.

CASTRO, A.; OKITA, M.; FARIAS, R. **Contação de histórias e práticas lúdicas na valorização da cultura indígena na Educação Infantil**. Boa Vista: Repositório Institucional do IFRR, 2025.

FERREIRA, M. C.; NASCIMENTO, A. L. Cultura indígena e práticas pedagógicas na Educação Infantil: perspectivas interculturais. **Revista Educação em Debate**, v. 45, n. 2, p. 1-18, 2023.

Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil: Macuxi e Wapichana**. São Paulo: ISA, 2023.

Minayo. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2023.

OLIVEIRA, J. R.; SOUZA, M. C. Saberes tradicionais e identidade cultural do povo Wapichana em Roraima. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 9, e16421, 2024.

PEREIRA, A. L.; COSTA, R. S. Materiais didáticos interculturais e valorização das culturas indígenas na Educação Básica. **Revista Educação e Linguagem**, v. 25, n. 2, p. 77-95, 2022.

PEREIRA, A. L.; SANTOS, R. C. Povos indígenas amazônicos e resistência cultural: identidade, território e educação. **Revista Amazônida**, v. 8, n. 2, p. 45-63, 2023.

PEZZI; FRISON. O brincar, ensinar e a inclusão na Educação Infantil: contribuições para práticas interculturais. **Revista Brasileira de Educação**, 2024.

SANTOS; FARIA; SILVA; MILAGRE. Perspectivas da educação intercultural e dos desafios para a implementação da legislação educacional. **Perspectivas em Diálogo**, 2024.

SILVA, F. A.; MELO, D. R. História, cultura e territorialidade do povo Macuxi: contribuições para a educação intercultural. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 15, n. 34, p. 1-18, 2022.

SILVA, M. A.; ALMEIDA, T. P. Representações dos povos indígenas nos materiais didáticos: desafios para uma educação intercultural. **Revista Práxis Educacional**, v. 19, n. 50, p. 1-20, 2023.

SILVA, M. A.; BERGAMASCHI, M. A. Educação intercultural e valorização dos povos indígenas na infância. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260071, 2021.